Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz

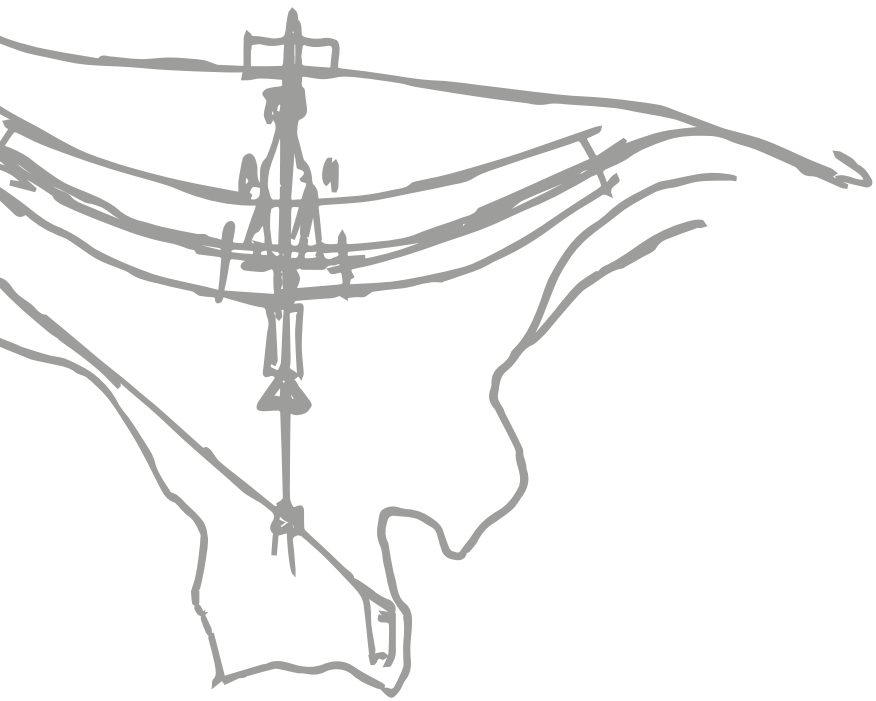
EDITORA
UnB

Diretora Marina Dourado Lustosa Cunha

Conselho editorial
Andrey Rosenthal Schlee
Biagio D'Angelo
Carina Luísa Ochi Flexor
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Josivânia Silva Farias
Maria Carmem Aires Gomes
Maria do Socorro Neri de Sousa
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho
Marina Dourado Lustosa Cunha
Nilce Santos de Melo
Rosineide Magalhães de Sousa

Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial Jade Luísa Martins Barbalho

Revisão Jeane Pedrozo

Diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Padrão visual/Capa Mauro Liz (2011)

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF
CEP: 70910-900
(61) 3107-3700
www.editora.unb.br
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização expressa da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

R947 Rupturas e desafios da educação no Distrito Federal (1964 – 1985) [recurso eletrônico] / organizadoras, Eva Waisros Pereira, Laura Maria Coutinho, Maria Paula Vasconcelos Taunay. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
552 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-243-9.

1. Educação – Brasília (DF) – História. 2. Ditadura. I. Pereira, Eva Waisros (org.). II. Coutinho, Laura Maria (org.). III. Taunay, Maria Paula Vasconcelos (org.).

CDU 37(817.4)(09)

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO.....14

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 1
Contexto sociopolítico em 1964: a capital ocupada.....21
Claudia Paiva Carvalho
Cristiano Paixão

Capítulo 2
A educação tecnicista no golpe militar de 1964.....46
Raquel de Almeida Moraes

Capítulo 3
Financiamento da educação no Distrito Federal: o período autoritário.....62
Jorge Abrahão de Castro

Capítulo 4
Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984) 79
José Luiz Villar Mella

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5
Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida 95
Eva Waisros Pereira

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964 130

Laura Maria Coutinho

Capítulo 7

Darcy Ribeiro: trajetória, exílio e pós-exílio.....156

Haydée Ribeiro Coelho

Parte III

EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência.....175

Eliane Brito

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar 194

Antonio Carlos Andrade de Souza

Erlando da Silva Rêses

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar 221

Ariane Abrunhosa

Denise Farage

Mariana Penna

Capítulo 11

Tecnologias da educação na nova capital: desenganos e êxitos 254

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Raquel de Almeida Moraes

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 12
O golpe militar de 1964 e suas consequências sobre o plano educacional de Anísio Teixeira.....278
Leila Chalub Martins

Capítulo 13
O papel da tipologia das escolas classe na definição do lugar escola no Plano Piloto de Brasília.....303
Samira Bueno Chahin

Capítulo 14
Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa.....315
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

Capítulo 15
Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar.....354
Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16
Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985).....376
Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

Capítulo 17

Estudo de um caderno de teoria e prática de ensino na matemática da Escola Normal da Ceilândia.....403

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho

Edilene Simões Costa dos Santos

Carmyra Oliveira Batista

Mônica Menezes de Souza Batista

Capítulo 18

Imagens da cidade e da escola: sobre a atualidade da proposta da escola parque para a capital.....423

Maria Andreza Costa Barbosa

Maria Lídia Bueno Fernandes

Parte VI

BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal 452

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Capítulo 20

Projeto integrado de educação ambiental de Ceilândia: uma experiência inovadora em terreno minado.....482

Vera Margarida Lessa Catalão

Josefina Reis de Moraes

Capítulo 21

Entre livros e artes, uma escolinha de criatividade e uma biblioteca infantil na 104/304 Sul.....501

Luciana de Maya Ricardo

Alice Fátima Martins

Capítulo 22
Um olhar literário sobre Brasília: textos inaugurais e escrituras da resistência 521
Maria Alexandra Militão Rodrigues

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....541
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

SOBRE OS AUTORES 545

Parte III
EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar

Antonio Carlos Andrade de Souza
Erlando da Silva Rêses

A organização de professores do Distrito Federal data da inauguração de Brasília, em 1960, e uma parte importante de sua história está ligada ao período da ditadura militar. Ao longo desses anos, houve enfrentamentos, lutas, perseguições, demissões, resistências e conquistas, heranças e memórias de algumas gerações que se consubstanciaram na construção do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF). As ações de repressão ocorreram em movimentos coletivos dos professores e de seus representantes. O movimento docente registra a importância da organização dos professores para a educação pública.

Embora seja marcante a atuação dos trabalhadores em educação, ainda pouco se estuda sobre a organização dos professores e a influência que exerceu sobre o perfil e as conquistas na educação do Brasil e do Distrito Federal. Historicamente, as visões conservadoras tendem a não reconhecer a importância das entidades profissionais e sindicais na educação.

Para relacionar as experiências de organização dos professores no Distrito Federal, é necessário ater-se a dois períodos históricos de maior atividade organizativa e de repressão a essa atuação: *i)* o primeiro período refere-se ao início das atividades escolares e à organização da associação dos professores até 1964. Em sua primeira fase, houve proibição, punição, demissão, controle e alteração na estrutura trabalhista na educação do DF; *ii)* o outro período corresponde à retomada da organização docente com a Associação dos Professores do Distrito Federal (APDF); a campanha para o reajuste salarial, de 1975 até 1978, a fundação e institucionalização do Sinpro-DF e a greve de 1979, seguida da intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato.

Para a escrita deste capítulo, as fontes primárias de pesquisa foram obtidas no Museu de Educação do Distrito Federal (Mude); no Centro de Documentação do Sinpro-DF (Cedoc); na Biblioteca da Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais em Educação (Eape), no Arquivo Público do DF e em consultas à hemeroteca digital. Foram usados depoimentos em entrevistas transcritas, textos e matérias de jornais, relatórios de processos de inquéritos no âmbito da Câmara Federal e do governo do Distrito Federal (GDF), periódicos da Associação de Professores e acompanhamentos do serviço de informação da Secretaria de Segurança Pública do DF.

As ações da Associação dos Professores do Distrito Federal e a repressão

Durante a construção da nova capital, a partir de 1957, houve uma movimentação espontânea das professoras pioneiras e até um pedido de aumento salarial, diretamente ao presidente JK. O pleito não foi atendido. Na obra *A origem do sistema educacional de Brasília: criação da Caseb*, do projeto Arquivo da Memória da Educação em Brasília, consta o registro: "em fins de 1959, a Novacap contava com mais de 100 professoras primárias" (Distrito Federal, 1984, p. 23), distribuídas em 21 escolas públicas,

próximas aos locais de moradia ou trabalho dos pioneiros, atendendo 4.682 estudantes, na região que seria o Distrito Federal.

Inaugurada a nova capital, em 1960, foi criada a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Caseb) para gerir o sistema de ensino no Distrito Federal, antes vinculado à Novacap. As aulas no Caseb iniciaram-se em 15 de maio de 1960 e, cinco meses depois, em 15 de outubro, surgiu a primeira organização de trabalhadores em educação do DF, a Associação Profissional dos Professores do Ensino Médio de Brasília (APPEMB) (Sinpro-DF, 1990). A primeira demissão de professores ocorreu no final do ano de 1960 e a Caseb foi extinta no início de 1961.

Com a movimentação que envolvia o trabalho docente, estavam dadas as condições para discutir a organização e a representação da categoria. A primeira mobilização aconteceu em 1960. Algumas das professoras pioneiras registraram as memórias daqueles primeiros momentos, como a professora Maria Marta Cintra:

> as pessoas vieram em busca de sobrevivência. E com aquele salário, nós já vínhamos com o maior entusiasmo do mundo. Uma casa, um bom salário que não existia, no país, outro que chegasse à metade. São Paulo não pagava um terço do que Brasília nos propôs e depois nos pagou. Então, havia esse entusiasmo. E quando o salário começou a ficar defasado é que, aí, as Associações já se mobilizavam, já mobilizava a categoria para a greve e tudo. (Cintra, 2006, p. 19)

Nos primeiros anos de Brasília, dentre os fatos mais marcantes da nova capital, incluem-se a construção, a inauguração, o início da vida política e o golpe militar. Nos primeiros dias de abril de 1964, foram demitidos dirigentes da Associação Profissional dos Professores do Ensino Médio de Brasília (APPEMB), dos quais muitos tiveram seus nomes citados em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados. O que aconteceu antes do golpe que justificasse essas demissões?

Em carta-manifesto, assinada por Eldonor Pimentel, presidente da APPEMB, em 27 de agosto de 1961, anexada ao processo de investigação, em julho de 1964, está expresso:

> Certa do papel que incumbe aos educadores, os quais têm deveres a cumprir para com a mocidade, e comprometida com os ideais de liberdade, amor à Pátria, obediência à lei, respeito ao poder livremente emanado da vontade popular, afirma o seu irrestrito apoio ao Presidente constitucional, Dr. João Goulart. (Pimentel, 1961)

Tanto no contexto nacional quanto no local, foi crescente o movimento anticomunista, que ganhou força no Congresso Nacional e em muitos espaços da sociedade. Há registros oficiais, na Câmara dos Deputados, da existência de uma CPI para apurar irregularidades no sistema educacional de Brasília. Essa comissão funcionou de 16 de maio de 1963 a 5 de fevereiro de 1964 e aprovou o Projeto de Resolução n.º 53/1964, tendo como autor do requerimento o deputado federal Abel Rafael Pinto, do Partido Social Democrático (PSD/MG). À Comissão coube apurar denúncias feitas na Tribuna do Congresso por deputados e senadores:

> 1 - predomínio político de comunistas na Superintendência do Ensino da Prefeitura de Brasília; 2 – deficiência pedagógica no Ensino Médio; 3 – renúncia de Júlio Sambaqui, Julimar Nunes Leal, Monteiro Filho e Álvaro Campos, como membros da Fundação Educacional, em face de irregularidades não coibidas; 4 – Entrega de elementos de domínio sobre professores (tais como a distribuição de apartamentos do Hotel do Lago e das casas do BNDE), bem como indicação para dispensa de professores primários e secundários de Brasília, associação comunista que não teve ainda o reconhecimento do Ministério do Trabalho; 5 – nomeação de professores sem habilitação para cargos de direção, ou sem registro nem experiência para reger classes; 6 – falta de grupos escolares, jardins de infância, parques e ginásios em prejuízo do Plano Construtor de Brasília; 7 – falta de material de consumo e material permanente no

> grupo e jardim de infância; 8 – descaso na manutenção da única Escola Parque existente no Plano Piloto que não funciona integralmente e já tem partes ameaçando desmoronar, além do desvio das finalidades daquela casa de ensino, que foi cedida para teatro de revistas de nudismo. (Brasil, 1964, p. 1)

Entre as acusações incluía-se a constante suspeição de "atividades comunistas" praticadas pelos dirigentes da Associação de Professores de Brasília. Nessa investigação da CPI, para cumprir o roteiro, a comissão, além de requisitar todas as provas que considerava necessárias à apuração dos fatos denunciados, ouviu e colheu depoimentos. Na lista dos depoentes, constaram apenas:

> Professor Armando Hildebrand, autoridade encarregada de organizar o ensino em Brasília antes da mudança da Capital; do Sr. Prefeito Ivo de Magalhães; do Sr. Dr. Othon Pio de Abreu, Presidente da Associação de Pais e Mestres do Ensino Médio em Brasília, e, ao final, o Dr. Luiz Carlos Pujol, atual Secretário de Educação do Distrito Federal. Antes de colher estes depoimentos, ouviu a Comissão o Sr. Deputado Abel Rafael Pinto, autor do requerimento de constituição do órgão investigante. (Brasil, 1964, p. 2)

Os materiais solicitados basearam-se em notícias de jornais e outras publicações, acusando a Associação de Professores de ser comunista e de prejudicar o sistema de ensino do DF.

Em discurso proferido pelo presidente da Associação Profissional dos Professores de Ensino Médio de Brasília (APPEMB), Fábio Vieira Bruno, no 1º Encontro de Professores do Distrito Federal, em 2/11/1984, foram apresentados aspectos do processo de lutas, organização e mobilização dos professores. Contra essas lutas, "vieram os vinte anos de ditadura, como resposta dura e real, ao que havíamos feito na categoria dos professores entre 1962 e abril de 1964" (Bruno, 1984, p. 3). Reportando-se às disputas e conquistas históricas dos primeiros anos,

> foi consolidada a conquista das 40 casas nas atuais 712 e 713 da W3 Sul que haviam sido invadidas por professores sem moradia e cansados de promessas. Havíamos conquistado da Presidência da República, a formação de uma comissão paritária entre a nossa Entidade e a Assessoria Técnica da Presidência que se denominou Grupo de Trabalho para Moradia dos Professores. Através dela conseguimos diversos apartamentos nas quadras quatrocentos da Asa Norte e a destinação de um prédio com 36 apartamentos de três quartos na SQS 206. Esse prédio estava em final de construção quando a "abrilada" [refere-se ao golpe militar de 1964] chegou. Ficou [pronto] nos idos de março o prédio dos professores da 206 Sul. (Bruno, 1984, p. 3)

A luta dos professores pela moradia foi constante ao longo dos primeiros anos da existência da capital e da associação dos professores. Conforme depoimento do professor Francisco Afonso de Castro,

> houve uma greve, reivindicando moradia. Só alguns invadiram. Eu acho que até o Fábio Bruno invadiu. O Fábio era o presidente da Associação. Foi em 1963. Invadiram aquela quadra, a 713. Invadiram as casas que já estavam prontas e desocupadas. Eu, inclusive, naquela época, também invadi uma casa lá e entreguei para os outros. Eu fiquei com medo. (Castro, 2004, p. 18)

Uma situação política e social chamou a atenção para as casas que foram prometidas por ocasião da assinatura do contrato de trabalho do grupo dos 60 professores da primeira escola de educação média, o chamado grupo dos "60 de 60". O professor Armando Hildebrand, em depoimento à CPI, disse que "deveríamos trazer cerca de duzentos e vinte professores do ensino primário e uns setenta a oitenta professores do ensino médio, número suficiente" (Brasil, 1964a, p. 24).

Segundo o professor Fábio Bruno, um dos dirigentes mais influentes no período, a atuação da Associação do Professores e de outras categorias deu-se

> Juntamente com o Grupo de Trabalho funcionando, partimos para a grande luta da municipalização. Não só os professores, mas também os milhares de funcionários da Novacap [...] foi a grande luta de 63. Em junho conquistávamos a Lei 4.242, que transformava em funcionários do governo de Brasília equiparando aos federais. (Bruno, 1984, p. 3)

A Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963, tratava dos valores dos vencimentos de servidores do Poder Executivo, civis e militares, e alterava a forma de vínculo empregatício dos servidores de Brasília, uma conquista para o funcionalismo do Distrito Federal que lutou, de forma conjunta, integrando muitas categorias

> Contra a municipalização lutava a direção do ensino elementar e boa parte dos Conselheiros da Fundação Educacional. Com apoio de alguns funcionários do Ministério do Trabalho, essas pessoas tentaram transformar uma Associação de caráter civil de professoras primárias em Sindicato de Professores Primários para criar o divisionismo já que a nossa entidade era representante do professorado médio elementar como categoria profissional. (Bruno, 1984, p. 3)

Com relação à atuação dos professores da educação primária, havia a influência de posições conservadoras de suas lideranças e grau menor de participação e organização. Embora algumas professoras do ensino elementar participassem da APPESPB, houve disputas de orientação entre as linhas de atuação.

> Conseguimos com uma luta travada em diferentes frentes alcançar um encontro com a entidade civil das professoras primárias ligadas a direção do ensino elementar da Fundação Educacional. Em memorável encontro da Escola Parque da 508 Sul conseguimos a adesão de todas as professoras primárias presentes à greve [...]. Uma semana depois saíamos da greve e tínhamos nas mãos a Lei 4.242 distribuída aos milhares entre os professores jubilantes. (Bruno, 1984, p. 3-4)

O jornal DC Brasília noticiou que, no dia 19 de março de 1963, em reunião no auditório da Escola Parque 307/308 Sul, professores protestavam contra arbitrariedades policiais, em razão de piquete ocorrido na Escola Classe 107 Sul, pelo fato de a direção não ter aderido à greve. A polícia foi fortemente criticada após o comandante dizer que poderia descer o cacete nessa turma de vagabundos e desocupados (Greve, 1963).

A manchete do jornal dizia: "Greve acabou: Fundações foram municipalizadas" (1963). A matéria esclarecia que, após a publicação, no Diário Oficial, do decreto que municipalizava as fundações do Distrito Federal, os funcionários, cerca de oito mil, decidiram pelo fim da greve e retorno ao trabalho.

> Conseguimos do secretário de Educação, que mais tarde se tornaria um dos responsáveis pela decadência da escola pública a partir de outubro de 1964, a nomeação de todos os diretores de escola. Mas a convivência desse grupo de professores com o secretário foi se tornando impossível. (Bruno, 1984, p. 4)

A carta coletiva de demissão de quase todos os diretores e assessores vinculados à direção do ensino médio, em 11 de outubro de 1963, com a ação conjunta de denúncia, deveu-se ao fato de que os trabalhos elaborados pelo Departamento de Ensino Médio não tinham sido tomados em consideração, ocasionando insatisfações generalizadas. A carta foi enviada ao superintendente-geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal. No entanto, a ação político-pedagógica foi em grande parte desarticulada pela nova diretora do departamento, Ecilda Ramos de Souza, hábil adversária do grupo da associação. Fábio Bruno afirma, ainda, que

> A luta veio dura contra nós, especialmente, acusando-nos de manobra política subversiva. Saímos em defesa da escola, contra os escândalos e contra a ameaça ao tempo integral que tentavam acabar, que representava um retrocesso inadmissível da escola pela qual o magistério lutava desde 1960. Fizemos o que foi possível. Fomos perseguidos e ameaçados com inquéritos administrativos. Assembleias, palestras, entre elas do chefe

> da Casa Civil do Governo João Goulart, prof. Darcy Ribeiro, no auditório do Elefante Branco, em defesa do horário integral. Em março [1964] conseguimos derrubar o Secretário de Educação. Foi nomeado então o professor Pompeu de Sousa. Vivia-se os últimos dias de março. Todos os diretores de escola e a alta direção da Fundação Educacional e da Secretaria de Educação haviam sido escolhidos de comum acordo entre Pompeu de Sousa e nossa entidade, após reuniões sucessivas, em nossa sede, ouvindo todos os setores e regionais, na preferência sobre os futuros dirigentes. (Bruno, 1984, p. 4-5)

Sobre o contexto que levou ao golpe militar, Bruno avalia que, nos anos de João Goulart na Presidência da República, fez-se o possível em favor do povo nos limites das suas concepções e origem de classe.

Após o relato de Fábio Bruno, torna-se compreensível o contexto da condução, na CPI, das irregularidades no ensino médio de Brasília, na Câmara Federal. Na avaliação de conservadores, foram vividos momentos de irregularidades. Em suas conclusões, a comissão relatou que reconhece as falhas no ensino de Brasília e recomendou providências quanto às residências e melhores condições de vida para os professores, principais causas das greves e inquietações ocorridas nos anos de 1962 e 1963. No que tange ao ensino primário, não há o que lastimar, diz o relatório do inquérito. E sobre o "ensino superior, esta CPI não teve oportunidade de entrar nos seus segredos para conhecer de perto e por dentro, como ele se exerce na Capital da República" (Brasil, 1964b, p. 5-6).

Conduzida pelo deputado Abel Rafael Pinto, a CPI registra suas alegações: "friso que a preocupação de predomínio político por parte dos comunistas no ensino em Brasília está prejudicando enormemente a eficiência do ensino" (Brasil, 1964b, p. 07).

No processo de investigação, a Associação dos Professores foi acusada em vários momentos e teve mencionados os nomes de seus dirigentes na CPI, não sendo convidada a prestar depoimento. Houve um claro enviesamento dos convocados para depor. Outra ausência foi a dos representantes

do ensino superior da Universidade de Brasília, embora conste questionamentos e acusações contra o ensino da universidade.

Não houve nenhuma responsabilização a quem detinha o poder de nomeação de pessoal por influência de indicações políticas ligadas a parlamentares ou outras autoridades, na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, conforme constava das alegações dessa CPI. Mesmo com depoimento do secretário Pujol, na CPI foi atribuída a responsabilidade aos professores ligados à associação. A Comissão de Inquérito atribuiu a responsabilidade aos subordinados.

O golpe militar e membros da APPESPB

O governo de João Goulart apresentou a visão de uma ordem econômica com traços nacionalistas e propostas de reformas de base, identificadas como o principal entrave à governabilidade, por militares e conservadores. A vinculação ao trabalhismo já tinha assombrado o último governo de Getúlio Vargas e o projeto de desenvolvimento nacional não subordinado, sob a sombra de ameaças externas expressas em sua carta-testamento, em 1954. E junto a essas questões, as alegações morais, atribuídas ao comunismo, no contexto internacional da chamada Guerra Fria e a busca por áreas de influência, determinaram os acontecimentos que se refletiram na organização dos professores no Distrito Federal.

O golpe militar de 1964 teve na economia o seu principal aspecto de mudança em relação ao controle da sociedade brasileira, subordinada aos interesses das nações mais desenvolvidas e ao imperialismo estadunidense, que apoiou as articulações políticas para o sucesso do golpe. Isso se deu após o governo brasileiro expedir decreto contra a remessa de lucros para o exterior, por meio do Decreto n.º 53.451/1964, e a nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo. No período de 1940 a 1960, o Brasil aumentou a industrialização, houve crescimento econômico e outras mudanças no perfil social da população.

No primeiro Ato Institucional, em 9 de abril de 1964, os militares tinham a pretensão de restaurar a ordem econômica e financeira e tomar medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, de afastar um governo que, deliberadamente, dispunha-se a bolchevizar o país. Segundo seus promotores, o golpe, chamado pelos militares de "revolução", destinava-se a assegurar ao novo governo a ser instituído os meios indispensáveis à reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil (Brasil, 1964b). O governo militar operou a retirada de direitos constitucionais com o AI-1:

> Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em--Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses (Brasil, 1964b).

No início, os movimentos sindicais foram identificados como apoiadores de João Goulart e suas reformas de base nacionalista, que seriam ligadas aos comunistas, vistos como subversivos; com isso, passaram, mais uma vez, a serem perseguidos. Dessa forma, o governo militar revogou a Lei de Remessas de Lucros e a Lei de Estabilidade no Emprego, proibiu as greves e impôs um severo controle dos salários e das organizações sindicais.

O relato da professora Renée Gunzburger Simas, ligada à associação, faz referência ao golpe militar e suas influências na organização sindical dos professores:

> Quando nós íamos tentar sindicalizar veio o golpe de 1964. Claro que nós queríamos transformar a Associação em Sindicato, nós éramos a favor das reformas de base, quer dizer, nós estávamos antenados com o que o governo estava propondo no sentido de modificações, pois, se nós queríamos modificação na escola, como é que nós não iríamos querer no resto da sociedade. Uma das peças de acusação para a minha demissão: a confirmação, no inquérito policial militar, de que eu dava arte brasileira

> na Escola Normal. Se eu dava arte brasileira na Escola Normal, só podia ser comunista, porque quem não é comunista não dá arte brasileira, dá arte internacional. A primeira coisa? Quebrou o horário integral. Em abril de 1964, nós fomos os primeiros professores no Brasil inteiro a ser cassados. (Simas, 2003, p. 18)

Com o golpe militar veio a repressão ao livre pensamento, à forma de ensino nas escolas e em muitos outros espaços de atuação social. Uma das marcas da ditadura foi a repressão aos movimentos sindicais em todo o país, visto que

> uma das primeiras medidas após o golpe de abril de 1964 foi a proibição do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a central sindical ligada ao antigo PTB e ao PCB. Mais de mil sindicalistas foram cassados, muitos foram presos ou exilados. Cerca de 600 sindicatos sofreram intervenção da ditadura em 1964 e 1965. (Memorial da Democracia, 1969)

Já nos primeiros dias de abril de 1964, foram demitidos professores no Distrito Federal sem nenhum processo de julgamento. Esses profissionais já eram conhecidos dirigentes ou participantes da Associação dos Professores, entre os anos de 1961 e 1964, conforme relato de CPI, na Câmara dos Deputados, finalizada em fevereiro de 1964.

Após o processo de investigação sumária de que tratava o parágrafo 1.º do art. 7.º do Ato Institucional, os professores foram demitidos novamente em 9 de outubro de 1964. No mesmo processo, houve a demissão dos professores Eldonor de Almeida Pimentel, Fernando Magalhães, Donato Cavalcanti, Renée Gunzburger Simas, Araberg Pessoa Luna, Maryberg Pessoa Luna, Lourdes Maria Galeazzi, Enildo Cuevas Donadio, Fábio Vieira Bruno, Maria José Silvestre de Faria, Gilberto Antunes Chauvet e Reginaldo Galli. Na mesma edição do Diário Oficial da União, mas em outro processo, também foram demitidos outros três professores: Jadilney Pinto de Figueiredo, Wally Pinedorf e Manoel Carlos Cavalcante. Desses quatorze

professores, a maioria exercia o magistério no ensino médio e somente dois no ensino elementar.

Entre a primeira demissão, em abril, e a segunda, em outubro de 1964, houve um inquérito de investigação sobre as irregularidades contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem pública e social, na Fundação Educacional do Distrito Federal, que constou do informe n.º 67/64, do Departamento Federal de Segurança Pública. Em razão das alegações desse inquérito, foram demitidos os quatorze professores.

Nesse inquérito, foi ouvida a professora de inglês Ecilda Ramos de Souza, em 28 de julho de 1964, que, ao falar sobre a ação de organização dos professores que estavam sendo investigados pelo inquérito, comentou que havia "duas facções: a facção que está felizmente vitoriosa com a revolução e a facção que perdeu a luta, facção comunizante, esquerdista. Esta facção estava desfalcada, pois 14 dos seus elementos felizmente foram afastados do ensino em Brasília" (Souza, 1964, p. 7). Ela afirmou, ainda, fazer esses depoimentos por acreditar na revolução.

Com a demissão do secretário Pujol, assumiu, por curtíssimo período, o professor Pompeu de Souza. Após um processo de discussão, Pompeu nomeou sua equipe. Segundo Fábio Bruno, os diretores de escola e a alta direção da Fundação Educacional do DF e da Secretaria de Educação tinham sido escolhidos em comum acordo entre o novo secretário e a entidade dos professores. Nas palavras de Fábio Bruno, "Grande parte dos novos diretores tomou posse em 31 de março de 1964. Em 03 de abril muitos deles estavam presos" (Bruno, 1984, p. 5).

No inquérito, uma das perguntas feita à depoente Ecilda Souza foi se ela saberia informar se houve influência da Associação dos Professores nos fatos ocorridos em Brasília, entre agosto e setembro de 1963, incluindo um quebra-quebra de ônibus, que culminou com um incidente na escola parque.

> Acho que tudo aquilo fazia parte de um esquema, que o objetivo era lançar a juventude contra os poderes constituídos, quer fosse Exército, quer fosse o Executivo, quer fosse o Legislativo, quer fosse uma companhia de transporte representava o poder público, e o que se queria era humilhar, degradar e achincalhar esse poder público. Está certo que o aumento da passagem pesa no bolso do povo já tão sacrificado, mas não se justificam as medidas que foram tomadas, de depredação da coisa pública e das greves. [...] No Núcleo Bandeirante e em Sobradinho realmente incendiaram. Imediatamente chegou a polícia, cercou e bateu, como essas coisas naturalmente sempre acontecem. E houve a greve dos estudantes (Souza, 1964, p. 10)

Em outros momentos, Ecilda, em seu depoimento, acusou a Associação de Professores de: *i)* controlar as direções administrativas da Fundação Educacional do Distrito Federal, sobretudo as ligadas ao ensino médio; *ii)* incitar, influenciar os estudantes com ideias subversivas, não apropriadas às funções; *iii)* controlar ou obter o controle das direções de escola; *iv)* influenciar os estudantes a fazerem passeatas e outras ações; *v)* fazer as greves de professores; *vi)* apoiar a greve dos estudantes; *vii)* fazer o aliciamento de professores e das direções de escola.

Em seu depoimento, Ecilda Souza fez relatos, ainda, sobre o tempo em que havia a presença de autoridades em debate no Elefante Branco, convidados pela Associação de Professores, como o deputado federal Neiva Moreira (PSP/MA), que tinha vindo da Rússia, e o ministro da Educação Paulo de Tarso. A maioria concordava. Poucos professores divergiam e confrontavam os debatedores, como o professor Friedman, dirigente de outra associação de professores de orientação conservadora.

Alguns professores que não simpatizavam com a posição de Ecilda Souza falavam sobre a história de seus pais e que sua posição política os envergonharia. O pai de Ecilda Ramos Souza foi o deputado federal Rui Vitorino Ramos, do PTB, partido de Getúlio Vargas e João Goulart, e a mãe, Neite Martins Ramos, professora de geografia no Caseb. Sua mãe foi

citada, em denúncia, porque sua apostila foi dada como exemplo de propaganda ideológica sobre a Rússia. O próprio pai de Ecilda Souza tomou a defesa da professora e esposa. Os pais de Ecilda morreram em um acidente aéreo, em 21 de setembro de 1962.

No inquérito, Ecilda Souza descreve sua experiência quando assumiu uma das direções ligadas à Diretoria do Ensino Médio, na equipe do secretário Pujol. Nesse depoimento, ela afirmou que

> os professores que foram dispensados realmente deveriam sê-lo. Houve justiça, porque eram os cabeças do movimento. Poder-se-ia dizer que alguns outros também deveriam ser dispensados. [...] O que aconteceu com os colegas lhes servirá de lição e muitos deles têm sido recuperados e estão dispostos a colaborar, porque parece que acordaram do pesadelo. Se eu pudesse sugerir alguma coisa, gostaria que fosse mantido o ato das demissões da Prefeitura. [...] gostaria que nenhum daqueles atos fosse revisto. [...] a administração atual está em condições de reconstruir e redemocratizar o ensino em Brasília. (Souza, 1964, p. 12)

O condutor do inquérito, major Pedro Maggessi Susini Ribeiro, citou um depoimento na CPI, na Câmara dos Deputados, no qual Pujol fez com que o inquérito fosse suspenso, porque não interessavam as ideias dos professores, mas, sim, que os professores não transmitissem suas ideias aos estudantes. Ainda, o condutor perguntou se o professor Pujol e seus auxiliares tinham meios para evitar essa transmissão de ideias e controlar o ensino dos professores, para que não fossem, nas aulas ou em conversas, transmitidas aos estudantes essas ideias subversivas. Sobre isso, comentou Ecilda Souza:

> vou te dizer as medidas que tomamos [...] quando do fim do ano [1963] quisemos devolver à Secretaria de Administração os professores [...] cinco ou seis professores do Ginásio Industrial de Taguatinga [...] irrecuperáveis [...] enviei um relatório objetivo sobre medidas [...] Lembro-me que nesse relatório ele dizia textualmente que o Professor Magalhães havia conversado, dizendo abertamente ser comunista. Não disse que era de esquerda ou

> nacionalista, mas que era comunista. Não teve da Secretaria de Administração o apoio para que a Secretaria recebesse esses elementos e os colocasse em qualquer função burocrática. [...] Este relatório está arquivado no Departamento de Ensino Médio e também nessa Comissão de Investigação Sumária, para onde enviei esse relatório. (Souza, 1964, p. 12-13)

Ecilda Souza relatou, ainda, sobre suas estratégias para enquadrar aqueles que tentaram fazer atividades de propaganda subversiva e outras medidas tomadas para evitar a propagação dessas ideias aos estudantes, por meio dos coordenadores de sua confiança. Estabeleceu-se um ambiente de policiamento dos professores, por meio da coordenação que visava a monitoração de todo o conteúdo.

Outra forma de controle dos professores consistia no recrutamento de representantes de turmas e lideranças estudantis, para denunciar quando o professor se afastasse do tema de sua aula e tratasse de debate político ou discutisse a situação de associação. Esses estudantes poderiam sair da sala e falar com a direção. Afirmou Ecilda Souza que, quando adotou essa medida, "realmente conseguimos [...] o professor pregando o materialismo, a não existência de Deus. As alunas contaram aos pais" (Souza, 1964, p. 13). E eles foram comunicar à direção da escola.

A professora Ecilda Souza disse ter encontrado maior dificuldade no Centro de Ensino Médio Elefante Branco, porque lá tinha um foco de resistência maior. Os professores diziam para Ecilda Souza que ela havia traído a classe, que buscava um cargo; que havia traído a família, após o acontecimento trágico da morte dos pais. "Isso não esmoreceu a nossa luta; a nossa maior glória foi libertar, em definitivo, o ensino em Brasília da atuação maléfica dessa Associação dos Professores" (Souza, 1964, p. 14).

Com relação às marcas e à herança deixada nesse período de repressão ao sistema educacional de Brasília, a professora Renée Simas relata:

> O que posso dizer é que a ruptura, em 1964, com o golpe, afetou demais o sistema educacional de Brasília. Durante muito tempo, sei que o medo face à eliminação quase que total da cúpula da Associação dos Professores do Distrito Federal, levou a que cada um tentasse fazer alguma coisa para se defender, pois corria-se o risco de ser mudado de escola e, também, sentia-se ameaçado pelas direções subsequentes. [...] Essa ruptura em 1964 foi cruel para os professores e para a educação. (Simas, 2007, p. 104-105)

Mesmo após a demissão dos professores, as perseguições continuaram. O professor Fábio Bruno foi convidado a trabalhar na Universidade de Brasília. No entanto, não foi autorizado a assumir tal trabalho. Para se manter, Fábio Bruno e outros colegas, como Eldonor Pimentel, foram trabalhar com os cursinhos preparatórios para o concurso vestibular e na rede privada de ensino no DF. Renée Simas criou um curso de artes para crianças em espaço físico cedido pela Aliança Francesa.

Jarbas Silva Marques, ao refletir sobre o ensino durante a ditadura militar no Brasil, avalia que a destruição se fez quando a ditadura implantou o seu regime de terror. Ainda segundo Marques,

> Em cada lugar, em cada sala de aula, em cada colégio, em cada lugar de trabalho neste país, tinha dois agentes policiais: um informante que não conhecia quem era o outro informante. [...] esse era o grande sonho da estrutura policial que fez a ditadura civil e militar. Isso começa a aparecer no ensino em 1966, a destruição do ensino[...]. Com a implantação da estrutura policial, eles se retraíram, e era a própria segurança física, porque um professor era intimado a depor sem saber o porquê. [...] a estruturação da delação que havia no ensino. É quando se inventa o esvaziamento desse ensino pedagógico, didático, humanista e patriótico, com o trabalho de pesquisa [...] E isso foi o esvaziamento, quando também houve o princípio da desmoralização do ensino público, não só no Distrito Federal. (Marques, 2007, s/p)

Sobre a condição pessoal e a manutenção de sua vida material, Marques afirmou que os professores que sofreram perseguição tiveram de passar por condição extremamente vexatória e repressiva. E todos sofreram e tiveram a sua dignidade pessoal e familiar enfraquecida.

Por outro lado, o golpe militar quis inaugurar uma nova fase de desenvolvimento no Brasil, subordinado aos interesses de uma economia vinculada ao imperialismo. A primeira tentativa de controle do governo trabalhista brasileiro por essas forças externas, em 1954, foi denunciada por Getúlio Vargas, com seu suicídio, em sua carta-testamento. O golpe, em 1964, foi vitorioso com o apoio de parte das elites brasileiras e o suporte externo estadunidense, conseguindo, por um curto período, impor uma taxa de crescimento superior a 10% ao ano, entre 1968 e 1974. Esse período ficou conhecido como "milagre econômico" brasileiro e coincidiu com os chamados "anos de chumbo", não por acaso.

O crescimento econômico, com um momento ufanista, coexistiu com a repressão, a violência física e social. Segundo Silva (2008), houve o ressurgimento de movimentos sindicais de base, com as oposições sindicais, já no final da década dos anos de 1960 e início dos anos de 1970. A situação econômica, com elevada taxa de inflação, e a baixa remuneração dos trabalhadores, combinadas, favoreceram a organização dos professores.

Retomada da associação dos professores

No Brasil, houve forte repressão aos movimentos sindicais e às organizações que se opunham ao regime militar. No Distrito Federal, houve a cassação da Associação dos Professores, em 1964, e perseguição a seus dirigentes. A situação dos professores agravou-se com a não concessão do reajuste salarial de 30%, no final de 1975.

A Associação dos Professores do Distrito Federal (APDF) foi fundada em 15 de dezembro de 1975, após um contexto histórico marcado por

perseguições e endurecimento da ditadura contra seus adversários, um dos períodos mais violentos do regime. Esteve à frente da associação, nesse momento, o professor Olímpio Gonçalves Mendes.

O Jornal da APDF (ano I, n.º 3, set. 1976) apresentou o seguinte conteúdo: *i)* citação sobre a remuneração dos professores das classes: A, B e C; *ii)* condições de remuneração dos professores; *iii)* queixas das condições de valorização e de trabalho; e *iv)* reivindicação dos 30% de reajuste, pagos a outros servidores em 1975, referente a 1974/1975. Foi apresentado um memorial com as reivindicações.

Os movimentos sociais e políticos eram controlados. Em 1977, houve a organização de luta e mobilização, com a realização de assembleias gerais e elaboração do memorial 2. Entre as queixas, incluía-se a difícil relação dos professores do DF, que não eram considerados servidores públicos do GDF ou do governo federal.

Em 1978, assembleias discutiram o processo de oficialização da organização sindical, com vistas ao reconhecimento de um sindicato, conforme a legislação do período do governo de Getúlio Vargas, que subordinava o sindicato à estrutura legalista do Estado (Rêses, 2015).

Nesse mesmo ano, houve avanço para o movimento docente do Distrito Federal. No mês de outubro, ocorreu a assinatura do decreto presidencial que reconheceu os direitos dos professores e concedeu aumento de remuneração. Com isso, foi autorizada a primeira parte do reajuste, 50% da equiparação com os professores federais, e a outra parcela, prevista para outubro de 1979.

Em muitos lugares do país, assim como no Distrito Federal, havia um descontentamento com as perdas inflacionárias e o início de reação e ascensão dos movimentos sociais, a partir da política de "abertura lenta, gradual e segura". Em 15 de março de 1979, assumiu o último presidente militar, general João Baptista Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Figueiredo nomeou o coronel Aimé Lamaison para o governo do Distrito Federal.

A greve de 1979 e a intervenção no Sinpro-DF

A Associação Profissional dos Professores do Distrito Federal (APPDF) solicitou a concessão da investidura sindical. Ela possuía, em seu quadro associativo, 5.098 membros, que representava quase 50% dos professores.

Em diálogo com a Secretaria de Educação, os professores, já na gestão de Wladimir Murtinho, entregaram os documentos com reivindicações. Posteriormente, a secretária de Educação e Cultura, Eurides Brito, publicou nos jornais a tabela de remuneração e ganhos dos professores com percentuais de ganhos atual, futuro e já concedidos, conforme apresentado a seguir.

Tabela 9.1: Demonstrativo salarial dos professores do DF, em 1979, com reajustes

Professores	Remuneração até 28/2/79 Cr$	Remuneração a partir de 1º/3/79 Cr$	Remuneração a partir de 1º/10/79 ** Cr$
Classe A – 20 horas	2.775	3.885	4.394
Classe B – 20 horas	4.556	6.378	7.534
Classe C – 20 horas	6.539	9.154	10.799
Classe A – 40 horas	5.550	7.770	8.788
Classe B – 40 horas	9.112	12.756	15.068
Classe C – 40 horas	13.078	18.309	21.598

Fonte: Dados da Secretaria de Educação e Cultura DF. Correio Braziliense, em 20/04/1979.
(*) (mais 40%) (**) (equiparação com a União)

Um dos aspectos que chama a atenção na tabela, em todas as situações e momentos, é que havia uma grande diferença de remuneração dos professores classe A (anos iniciais) para os professores classe C (2.º grau/ensino médio) em mais de 100% da remuneração, em uma estrutura hierárquica.

Sindicatos e associações puseram-se em movimento, até mesmo as oposições sindicais, por fora dos organismos oficiais, em diferentes localidades do país (Silva, 2008). O governo federal viu-se diante da iminência de greves, em 1979. Nesse momento de não crescimento econômico e alta inflação,

surgiram os movimentos "Contra a Carestia" e "Pela Anistia", com forte adesão social e política na sociedade brasileira.

Em 1979, ocorreu a greve dos professores, no Distrito Federal, observada com muita preocupação e expectativa tanto por parte do governo quanto do sindicato. Foi tratada duramente pela ditadura, para que o movimento não servisse de exemplo para outros estados, com evidências de mobilização, como Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A Associação Profissional dos Professores do DF tornou-se Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) oficialmente pelo Ministério do Trabalho, em 14 de março de 1979, em meio ao processo de construção da greve.

Nos primeiros dias da greve, houve denúncia de desaparecimento momentâneo de professores: três desaparecidos e quatro presos. Os sete professores encontravam-se no Centro Educacional n.º 2 do Complexo Escolar 'C' do Gama. A delegacia de polícia negou que as prisões tivessem ocorrido. O Sinpro-DF impôs, como condição para o início dos entendimentos, a libertação dos colegas professores presos no Gama. Extraoficialmente, a polícia acompanhou a greve em estado de prontidão nas delegacias.

Nos registros do serviço de informação do GDF, acessados no Arquivo Público do Distrito Federal, estão os relatos de uma cronologia da greve dos professores do DF, nos quais constam:

- dia 21/4 (sábado): Assembleia Geral, com aproximadamente 7 mil pessoas, sendo que 70% era composto pelo sexo feminino. O início da greve.
- dia 24/4 (3ª feira): Comissão Jurídica, na Câmara dos Deputados.
- dia 27/4 (6ª feira): Assembleia Geral com cerca de 4 mil pessoas;
- dia 2/5 (4ª feira): Decretada a Intervenção do Ministério do Trabalho;
- dia 3/5 (5ª feira): Assembleia Geral, aproximadamente 3 mil pessoas;
- dia 7/5 (2ª feira): Assembleia Geral, com aproximadamente 3 mil pessoas;
- dia 10/5 (5ª feira): conversa mediada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), por Maurício Correa e o interventor Itamar Hermes.

Nos relatórios de acompanhamento da Divisão de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal (DI/CIPO/SEP), constam assembleias e reuniões menores, datas, horários de início e encerramento, locais, quantidade de pessoas, assuntos tratados, figuras públicas com destaque, participações dos estudantes da UnB e de outros sindicatos presentes para prestar solidariedade. Nas reuniões menores, constavam as placas dos carros, nomes dos proprietários e endereços.

No início de maio, foram anunciadas, oficialmente, as demissões de 39 professores. Nos documentos do Arquivo Público do DF, foram encontradas listas com nomes de professores. A primeira mais ampla, em ordem alfabética, com 246 nomes de pessoas que participaram das atividades. Outra lista menor, com 21 nomes, com a inscrição "a serem demitidos".

Em relatórios, foram encontrados registros de dois outros professores, lideranças de âmbito nacional e internacional, que estariam relacionados à greve:

> 10/05/1979 (5ª feira): o professor Olímpio Gonçalves Mendes, líder grevista, acompanhado de Carlos Geraldo Magale e Vespasiano Trestini, estiveram no Hotel Alvorada, por volta das 20:50 às 21:25, nesta data. Estavam hospedados Hermes Zaneti e Maria Telma Lopes Cançado, membros da Confederação Nacional dos Professores. No relatório consta que estes vieram "dar apoio ao Movimento Grevista dos Professores" e "manter contato com o Exmo. Sr. Ministro da Educação com reivindicações da classe". (Arquivo Público do Distrito Federal, 1979)

> 10/05/1979 (5ª feira): segundo os registros do serviço de informação, constava que o professor Olímpio Gonçalves Mendes, líder grevista do movimento em Brasília, já demitido dos quadros do GDF e afastado do cargo de presidente do Sindicato dos Professores, em companhia de mais cinco professores não identificados [do Comando Geral de Greve], estiveram no Hotel Alvorada, no horário de 21:00 às 01:30, de 09/05, em contato com John Matthew Thompson, [...] secretário-geral da Confederação Mundial dos Professores, foi detido pelo DPF. (Arquivo Público do Distrito Federal, 1979)

O documento da Assembleia Geral e dos representantes dos professores do dia 22 de maio de 1979, com o título: "Eurides Brito se nega a receber professores",

> Decorrida uma semana da suspensão da greve geral dos professores da rede oficial de ensino do Distrito Federal, vimos reafirmar nossa disposição de continuar o movimento reivindicatório, paralisado pelo prazo de 39 (trinta e nove) dias, de acordo com a decisão tomada em assembleia geral da classe, realizada no dia 14 de maio do corrente ano. (Eurides, 1979)

A intervenção federal no Sinpro-DF, sob o Decreto-lei n.º 1.632/1978, foi utilizada em caráter emergencial para acabar com a greve, que teve a duração de 21 dias. Mas, como o movimento, mesmo suspendendo a greve, continuava a se organizar e anunciar uma breve retomada, a então secretária de Educação e Cultura, Eurides Brito, com o apoio dos interventores, enfrentou o movimento grevista. Parte dos professores acreditava ser possível se organizar, via antiga associação, e resistir à intervenção.

A tática de Eurides Brito foi de enfrentamento e desmonte do movimento dos professores, sempre impondo condições para se manter no controle das negociações. Ao receber os representantes, não aceitava dialogar com os demitidos.

A manutenção da intervenção federal desconstruiu a retomada da greve, marcada para 23 de junho de 79. O endurecimento, em relação às demissões, criou obstáculo à mobilização ou mesmo à reconstituição das lideranças do movimento. Com o fim da greve, foi acordada a reincorporação da maioria dos demitidos. O processo de readmissão dos três últimos demitidos foi se arrastando, como uma forma de controle, punição e contenção de novas mobilizações.

> A manutenção das demissões é um acinte, um desrespeito que nós não mais podemos aceitar. Nessa perspectiva entendemos que cada um de nós, em torno da APDF, devemos desencadear uma campanha pela Anistia aos colegas professores Olímpio Gonçalves

> Mendes, Everly Szturm Fracari e Márcio Baiocchi Fracari, pois o que está em jogo é o direito inalienável de lutarmos por melhores condições de vida e trabalho. (Sinpro/DF, 1979)

A eleição para a nova diretoria do Sinpro-DF, que sucedeu a junta interventora, contou com duas chapas, com ampla campanha de sindicalização. A chapa de oposição à junta interventora, eleita, continuou a linha política de resistência ao regime militar. A nova direção do Sinpro-DF foi composta por Libério Pimentel, Emile Augusto Beuty, Aurélio Souza, Geraldo Araújo, Adolfo Cabral, Ademar de Faria, Lincoln Brasileiro, Rejane Pitanga, Maria Luiza Pereira, Maria José Ribeiro, Carlos Pena, Idelbrando Souza, Marcos Oliveira e José Laércio Quito (Sinpro-DF, 1990, p. 7).

Mesmo com o fim da ditadura, em março de 1985, a estrutura do serviço de informações continuava a existir e registrou relevantes acontecimentos relacionados às ações dos professores, de seu sindicato e da Secretaria de Educação do DF.

É clara a necessidade de continuidade da história sobre a organização e atuação de docentes do Distrito Federal e a repressão no período da ditadura militar. Até o momento e ao longo do período de 1960 a 1979, é necessário destacar a importância da organização dos trabalhadores docentes para as conquistas e melhorias da e na educação do Distrito Federal, assim como a abertura de um viés de estudo sobre a influência da organização dos professores nas lutas e nos avanços, não só em questões trabalhistas, mas também nas questões político-pedagógicas, desde o início das atividades educacionais no DF.

As organizações coletivas tendem a ser um processo de organização política dentro de um contexto de repressão. Assim como todo processo de aprendizado, o educador também tem de ser educado, de acordo com a base marxista descrita nas teses sobre Feuerbach (Marx; Engels, 1963). E essa ação coletiva da vivência da escola ou em outros locais adquire um papel educativo e político.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Informe 059/79*. Divisão de Informações, da Coordenação de Informações Planejamento e Operações. DI/CIPO/SEP. Secretaria de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal. *Mimeo*, 1979.

BRASIL. *Ato Institucional n.º 01, de 09 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. 1964b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 9 de set. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução n.º 53/1964, da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Irregularidades no Sistema Educacional de Brasília. *Mimeo*, 1964a.

BRUNO, Fábio Vieira. Carta ao I Encontro de Professores do Distrito Federal. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. *Mimeo*, 1984.

CASTRO, Francisco Afonso. *Entrevista*. Museu da Educação do Distrito Federal, 21 jun. 2004.

CINTRA, Maria Marta. *Entrevista.* Entrevistadores Eva Waisros Pereira, Cinira Maria Nóbrega e Francisco Heitor M. Souza. Transcrição: Vanessa Melo Rosendo. Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 22 set. 2006.

DISTRITO FEDERAL. *A Origem do Sistema Educacional de Brasília*: criação da Caseb. Projeto de Arquivo da Memória da Educação em Brasília. Brasília: GDF – SEC – Deplan, 1984.

EURIDES Brito se nega a receber professores. *Jornal de Brasília.* Edição do dia. Brasília, 23 maio 1979.

GREVE acabou: fundações foram municipalizadas. *DC Brasília.* Brasília, 20 abr. 1963.

MARQUES, Jarbas Silva. *Entrevista.* Entrevistadora: Eva Waisros Pereira. Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 29 jun. 2007.

MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras escolhidas.* Teses sobre Feuerbach. V. 3. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Novo Sindicalismo.* 31 dez. 1969. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-sindicalismo. Acesso em: 8 maio 2020.

PIMENTEL, Eldonor. Carta. *Jornal da Associação dos Professores do Distrito Federal.* Anos I, II e III. *Mimeo*, 1961.

RÊSES, Erlando da Silva. De vocação para profissão. *In: O Sindicalismo Docente da Educação Básica no Brasil.* São Paulo: Paralelo 15, 2015.

SILVA, Cyntia de Oliveira e. *O resgate da trajetória histórico-política do 13 de maio NEP- Núcleo de Educação Popular.* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Paulo Sérgio Tumolo. Florianópolis, SC, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91142 . Acesso em: 6 jul. 2019.

SIMAS, Renée Gunzburger. *Entrevista.* Entrevistadoras: Eva Waisros Pereira e Cinira Maria Nóbrega. Transcrição: Layssa Feitosa Santos Dias. Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 10 jun. 2003.

SIMAS, Renée Gunzburger. Seminário Educação no Distrito Federal: Memória dos professores, dos estudantes e dos gestores pioneiros. *Anais*. Brasília, UnB, 2007.

SINPRO-DF. Nota dos professores pró-sindicais livres. *Boletim 04.* Brasília, 25 abr. 1979.

SINPRO-DF. Sindicato, Direção Colegiada e suas Instâncias de Base. Sindicato dos Professores do Distrito Federal. *Caderno de Formação n.º 2, 1990*. Disponível em: http://www.SINPROdf.org.br/wp-content/uploads/2015/03/caderno-de-formacao-n-2.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

SOUZA, Ecilda Ramos. Inquérito de Investigação Sobre as Irregularidades Contra o Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Pública e Social, na Fundação Educacional de Brasília, e que constou do informe n.º 67/64. *Departamento Federal de Segurança Pública. Mimeo*, 1964.

Sobre os autores

Alice Fátima Martins

Doutora em Sociologia, professora titular na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: profalice2fm@gmail.com

Antonio Carlos Andrade de Souza

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: toninho2018pos@gmail.com

Antonio Fávero Sobrinho

Mestre em História pela Universidade de Brasília, Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ariane Abrunhosa

Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
E-mail: abrunhosa.ariane@gmail.com

Claudia Paiva Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
E-mail: claudiapaivac@gmail.com

Cristiano Paixão
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor adjunto da Faculdade de Direito da UnB.
E-mail: cristiano.aslh@gmail.com

Carmyra Oliveira Batista
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carmyra.batista@gmail.com

Denise Farage
Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: denisefarage@gmail.com

Edilene Simões Costa dos Santos
Doutora em Educação, em Ciência e Matemática pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: edilenesc@gmail.com

Eliane Brito
Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do Centro Universitário Planalto do DF (Uniplan), da Faculdade Projeção e professora substituta do Instituto Federal de Brasília.
E-mail: eliane.cbo@gmail.com

Erlando Reses
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB.
E-mail: erlandoreses@gmail.com

Eva Waisros Pereira
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Portugal; professora emérita e pesquisadora associada plena do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.
E-mail: evawaisros@gmail.com

Haydée Ribeiro Coelho
Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professora associada IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: haydeeribeiro@hotmail.com

Josefina Reis de Moraes
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: josefinarmoraes@gmail.com

José Luiz Villar Mella
Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília, professor associado I da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Jorge Abrahão de Castro
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).
E-mail: jorge.abrahao57@gmail.com

Laura Maria Coutinho
Doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: lauracou@gmail.com

Leila Chalub Martins
Doutora em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora do ensino básico público de Brasília de 1968 a 1992, professora associada aposentada da Universidade de Brasília.
E-mail: leilachalub3@gmail.com

Leila Maria de Jesus Oliveira
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: leiladejesus@gmail.com

Luciana de Maya Ricardo
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: luciana.maya@gmail.com

Maria Andreza Costa Barbosa
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: andrezaferreiro@gmail.com

Mariana Gonçalves Penna
Graduada em História pela Universidade de Brasília e estagiária do Museu da Educação do Distrito Federal.
E-mail: marigpenna@gmail.com

Maria Alexandra Militão Rodrigues
Doutora em Psicologia, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: alexandrarodrigues57@hotmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora associada 3 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS).
E-mail: lidia_f@uol.com.br

Maria Margarida Machado
Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mmm2404@gmail.com

Maria Paula Vasconcelos Taunay
Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: mariapaulataunay@gmail.com

Mônica Menezes de Souza Batista
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: profmonicams@yahoo.com.br

Raquel de Almeida Moraes
Doutora em Educação, professora Associada 4 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Lattes do CNPq: GT História, Sociedade e Educação no Brasil no DF, HISTEDBR-DF - HISTEDBR.
E-mail: raquelmoraesbr@gmail.com

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: rosalia.carvalho@udf.edu.br

Ricardo Gonçalves Pacheco
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

Samira Bueno Chahin
Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário Facens, membro do Comitê Editorial do projeto Arquitetura e Escrita e do GT Territórios Educativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
E-mail: samira_chahin@yahoo.com.br

Valéria Nely Cézar de Carvalho
Doutora em História pela École Pratique des Hautes Estudes de Paris, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carvalho.nely@gmail.com

Vera Margarida Lessa Catalão
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
Email: veramcatalao@gmail.com

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro.

Esta obra é mais uma etapa da história da educação no Distrito Federal. Seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. Os desafios vividos naquele período de autoritarismo constituem experiências antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público inovador da capital brasileira. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade, bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou toda uma geração de brasilienses.

Alice Fátima Martins | Antônio Carlos Andrade de Souza
Antônio Fávero Sobrinho | Ariane Abrunhosa
Claudia Paiva Carvalho | Cristiano Paixão | Carmyra Oliveira Batista
Denise Lucinda Farage | Edilene Simões Costa dos Santos | Eliane Brito
Erlando Reses | Eva Waisros Pereira | Haydée Ribeiro Coelho
Josefina Reis de Moraes | José Luiz Villar | Jorge Abrahão de Castro
Laura Maria Coutinho | Leila Chalub Martins | Leila Maria de Jesus Oliveira
Luciana de Maya Ricardo | Maria Andreza Costa Barbosa
Mariana Gonçalves Penna | Maria Alexandra Militão Rodrigues
Maria Lídia Bueno Fernandes | Maria Margarida Machado
Maria Paula Vasconcelos Taunay | Mônica Menezes de Souza
Raquel de Almeida Moraes | Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Ricardo Gonçalves Pacheco | Samira Bueno Chahin
Valéria Nely Cézar de Carvalho | Vera Margarida Lessa Catalão